ISSN: 2358-8829

O QUE É VIOLÊNCIA? (RE)PENSANDO CONCEITOS E PERCEPÇÕES NO ESPAÇO EDUCACIONAL

Daíse Beatriz Souza Freire [1]
Beatriz Fernanda Litoldo [2]

INTRODUÇÃO

A violência e suas diversas manifestações, como física, psicológica, estrutural, institucional, cultural, simbólica, de gênero, sexual, política, epistêmica, moral, o *bullying*, racial, religiosa, entre outras, podem estar presentes em diversos contextos sociais, podendo ser comprovado pelos índices do IBGE (IBGE, 2019), assim como no cotidiano escolar. Esta diversidade de formas de violência impacta significativamente a vida dos indivíduos, especialmente no contexto educacional, afetando inclusive a percepção negativa que estudantes podem desenvolver em relação ao ambiente escolar (Abramovay, 2002).

Durante o percurso formativo desta pesquisadora, a violência também se fez presente ao observar e vivenciar algumas violações e discriminações feitas entre estudantes. Alguns comentários e violências disfarçadas por ‘brincadeiras’ foram direcionados a autora, e tiveram impacto no percurso escolar e acadêmico. A partir disso, a temática violências, seus tipos e impactos no âmbito educacional vem sendo de grande interesse da autora.

Os estudos relativos a ela resultaram em uma pesquisa realizada de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (Silva, 2024), como requisito na graduação em Licenciatura em Educação do Campo na área de conhecimento Ciências da Natureza. Esse estudo contou com a participação de cinco estudantes como sujeitos da pesquisa. Tais sujeitos foram questionados sobre as violências vivenciadas por eles durante seu processo formativo escolar e acadêmico, e os impactos que essas violências causaram em seu

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, daise.edu@email.com;
[2] Professora orientadora: Doutora em Ensino de Ciência e Matematica, Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, beatriz.litoldo@uftm.edu.br .

desenvolvimento como estudante, e como futuros professores. Esses dados na pesquisa anterior serão utilizados no presente artigo para compor parte do *corpus* de análise, colaborando para a reflexão acerca da identificação desses conceitos no enfrentamento da naturalização da violência.

Para além da conceitualização da violência, esses atos na perspectiva constitucional, existem políticas que objetivam o enfrentamento das dos atos violentos, como destacado no parágrafo oito do artigo 226 da Constituição Federal: "O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações" (Brasil, 1988, p.17). Com isso, compreende-se que a proteção dos indivíduos é respaldada por diversas outras Leis, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) contribuindo para a liberdade, segurança e proteção, a Convenção sobre os Direitos das Crianças (UNICEF, 1990) respaldando a proteção das crianças contra as violências, entre outras legislações.

Sendo assim, a pesquisa objetiva compreender como discentes percebem o conceito de violência no contexto educacional e identificar os fatores que influenciam sua capacidade de reconhecer (ou não) as múltiplas formas de violência presentes em suas vivências escolares e acadêmicas. De forma subsequente, o estudo visa articular teoricamente os relatos empíricos com autores que discutem as diversas manifestações e dimensões da violência, refletindo os possíveis impactos da não nomeação das violências na reprodução de prática excludentes no ambiente educacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para a construção do percurso histórico da conceituação da violência, serão utilizados alguns autores que abordam essa temática, incluindo aqueles que conceituam os tipos de violência: física, psicológica, estrutural, institucional, cultural, simbólica, de gênero, sexual, política, epistêmica, moral, bullying, racial, religiosa, entre outras que podem se fazer presente no decorrer da pesquisa.

Para início da análise conceitual, parte-se da perspectiva de Galtung (1969), que não restringe o significado de violência à sua forma direta (física), mas a compreende também inerente às estruturas sociais. De acordo com o autor, a "violência é incorporada à estrutura e se manifesta como poder desigual e, consequentemente, como oportunidades

de vida desiguais" (Galtung, 1969, p. 171. tradução nossa). De acordo com o autor, a violência é a ausência de paz.

Dialogando com essa compreensão das estruturas sociais, Foucault (2014) traz a perspectiva das transformações da violência na modernidade. Para o autor, a violência não desaparece, mas torna-se mais sutil. Conforme afirma: "A punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal [...] a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada a seu exercício" (Foucault, 2014, p. 13)[3]. Essa forma de violência opera camuflada sob a aparência de legalidade, dificultando a sua identificação e problematização.

Na mesma direção, Bourdieu (1989), desenvolve o conceito de violência simbólica, entendida como a imposição dos sistemas simbólicos das classes dominantes sobre as dominadas. O autor argumenta que práticas culturais, linguagens e valores podem ser utilizados como mecanismos de dominação, contribuindo para a reprodução das hierarquias sociais. Segundo Bourdieu (1989):

> [...] os 'sistemas simbólicos' cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a 'domesticação dos dominados' (Bourdieu, 1989, p. 11).

Ao ampliar esse entendimento sobre os enquadramentos sociais da violência, Butler (2015) propõe uma reflexão sobre os critérios que definem quais vidas são reconhecidas como dignas de luto e proteção. A autora argumenta que a violência também se manifesta por meio de estruturas que desumanizam certos grupos, tornando suas mortes socialmente aceitáveis ou até invisíveis. Em suas palavras: "algumas vidas são reconhecidas como vidas, e outras não" (Butler, 2015, p. 15).

Já na perspectiva de Freire (2014), os processos de opressão podem ser superados mediante a conscientização dos sujeitos e a ruptura com as estruturas de violência, contribuindo para a humanização. Segundo o autor, "[...] a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores" (Freire, 2014, p. 35). Essa abordagem contribui para compreender a importância de reconhecer e nomear as violências, como forma de impedir a sua reprodução e legitimação.

[3] A obra utilizada corresponde à tradução publicada em 2014, cuja edição original é de 1975.

ISSN: 2358-8829

A partir da progressiva articulação e construção da compreensão das violências descritas pelos referidos autores, compreende-se as diferentes perspectivas teóricas, identificando que a violência não é um fenômeno linear, mas sim dinâmico e socialmente construído, sendo moldado pelas condições históricas, culturais, sociais e institucionais o qual se insere. Tal compreensão é fundamental para reconhecer e identificar as múltiplas formas de violência presentes no cotidiano, especialmente no contexto educacional, a fim de evitar sua naturalização e perpetuação.

Para sintetizar as diferentes manifestações de violência que podem ser encontradas no âmbito educacional, elaborou-se o Quadro 1 a seguir, que visa facilitar a compreensão dos tipos de violência e dos respectivos autores que as abordam.

Quadro 1 – Tipos de violências e os respectivos autores que a abordam

Tipo de violência	**Descrição geral**	**Autor(a) de referência**
Física	Uso da força corporal para ferir, subjugar ou causar dor.	Galtung (1969)
Psicológica	Ações que afetam o emocional, como humilhações, ameaças, manipulações	Hirigoyen (2002)
Estrutural	Resulta da organização social desigual que impede o acesso a direitos básicos.	Assis, Constantino e Avanci (2010); Galtung (1969)
Institucional	Exercida por instituições que reproduzem desigualdades ou exclusões.	Abramovay (2002)
Cultural	Práticas culturais que naturalizam desigualdades e exclusões	Musskopf, Stroher (2015)
Simbólica	Formas sutis de dominação por meio da linguagem, costumes, valores.	Bourdieu (1989)
De gênero	Violência baseada na identidade ou expressão de gênero.	Bandeira (2014)
Sexual	Qualquer forma de imposição sexual sem consentimento	Minayo (2006)

Política	Violência voltada à repressão de opiniões, movimentos ou liberdades civis.	Arendt (2001)
Epistêmica	Desvalorização ou silenciamento de saberes de grupos subalternizados.	Butler (2015)
Moral	Ataques à reputação, honra e dignidade da pessoa.	Hirigoyen (2002)
Bullying	Agressões recorrentes, físicas ou simbólicas, entre pares, especialmente no contexto escolar	Nadai e Tognetta (2016)
Racial	Discriminação e violência com base em raça ou etnia.	Almeida (2019)
Religiosa	Perseguição, discriminação ou violência por motivo de crença religiosa.	Araújo (2015)

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Dessa forma, ao reunir diferentes autores e perspectivas teóricas sobre a violência, torna-se possível compreender que esse fenômeno ultrapassa as dimensões visíveis e imediatas, sendo sustentado por estruturas simbólicas, institucionais, políticas e culturais. No contexto educacional, essa complexidade exige uma abordagem crítica que permita identificar as múltiplas formas de violência que permeiam as relações escolares, muitas vezes legitimadas ou invisibilizadas no cotidiano.

METODOLOGIA

Partindo da perspectiva de que a pesquisa tem como cerne a compreensão dos conceitos e variados tipos de violência presentes no âmbito educacional, adota-se uma abordagem metodológica qualitativa, de caráter exploratório. De acordo com Yin (2016), a pesquisa qualitativa buscou compreender o cotidiano dos sujeitos, suas percepções e construções sobre os objetos de estudo – no caso da presente pesquisa, suas percepções a respeito da concecituação da violência – a partir das realidades que vivenciam, valorizando a flexibilidade metodológica e a autonomia dos participantes (Yin, 2016).

A perspectiva descrita por Goldenberg (2004) sobre o uso da pesquisa qualitativa evidencia como essa abordagem amplia a compreensão dos fenômenos sociais. A autora discute que:

> Enquanto os métodos quantitativos supõem uma população de objetos comparáveis, os métodos qualitativos enfatizam as particularidades de um fenômeno em termos de seu significado para o grupo pesquisado. É como um mergulho em profundidade dentro de um grupo "bom para pensar" questões relevantes para o tema estudado (Goldenberg, 2004, p. 49-50).

Sendo assim, a pesquisa visou compreender os fatores sociais associados à temática de acordo com as perpectivas dos cinco sujetos que compõe a pesquisa, e também as construções conceituais ao longo da história, tal como suas interpretações e percepções, a fim de identificar a compreensão dos licenciandos acerca das violências.

Corpus de análise

Tendo como base de dados um recorte da pesquisa de TCC desenvolvida a partir do questionamento ‘o que você considera ser violência?’ identificou-se que algumas manifestações de violência passaram despercebidas pelos entrevistados, enquanto outras foram relativizadas sob a forma de ‘brincadeiras’. Quando questionados sobre o conceito de violência, os participantes demonstraram certa dificuldade em defini-la. Essa percepção despertou inquietações sobre o que, de fato, a sociedade compreende como violência, visto que, ao não identificar esses atos, eles tendem a ser naturalizados e consequentemente, passar despercebidos (Silva e Litoldo, 2025).

Com base nos relatos dos entrevistados advindos de Silva (2024), e com o objetivo de aprofundar a compreensão das inquietações que motivaram o desenvolvimento desta pesquisa, apresentam-se, a seguir, alguns trechos das entrevistas. Para tal, elaborou-se um quadro que organiza os dados, facilitando a visualização e a discussão dos principais pontos mencionados (Quadro 2).

Quadro 2 – Narrativas sobre o conceito de violência

Gérbera	É agredir o outro. Expor a sua opinião interna sem necessidade
Ásper	Eu acho que violência não acontece mais pra gente é fazer com que algum dano colateral no colega [...] Eu acho que no contexto geral, violência se

	tornou qualquer coisa que você prejudica ou causa danos na pessoa, tanto físico como também mental.
Girassol	[...] é difícil definir o que é violência, porque, assim, na escola, eu vi vários momentos, assim, pode ser talvez uma violência que eu não sei identificar qual.
Narciso	Seu direito vai até onde começa o direito do outro. A partir do momento que ele tá tentando tirar o seu direito pra mim é uma violência [...] Violência pra mim é algo...Além de físico, né? Mental, psicológico. Porque às vezes a pessoa fala alguma coisa e acha que tá tudo bem. E pra ele tá tudo bem. Mas ele não entende que... Às vezes o que ele fala, ele entende uma coisa e a pessoa entende de outra forma.
Astromélia	Eu acho que violência é uma coisa que mexe muito com o outro.

Fonte: Silva (2024)

O quadro em questão foi retirado do TCC afim de constituir uma parte analítica com relação a percepção dos sujeitos acerca da temática, com o intuito de complementar e relacional o referencial teórico embasado nas múltiplas manifestações que a violência pode ocorrer.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados produzidos por intermédio do TCC, e utilizados no presente artigo, foram utilizados a fim de evidenciar a falta de compreensão da violência, e trazendo também limitação a agressões físicas e a abalos psicológicos, como descritos pelos sujeitos de pesquisa. Com base nos dados analisados, a conceituação de violência foi limitada a manifestações mais explícitas, de forma física e abalos psicológicos, conforme descrito.

Para compreender essa dificuldade de nomear e identificar certas formas de violência, é pertinente recorrer à teoria da violência simbólica, proposta por Bourdieu (1989). Segundo o autor, maneiras sutis e muitas vezes imperceptíveis de dominação são exercidas por meio de normas, linguagens e práticas cotidianas. Essas formas funcionam como instrumentos de legitimação de relação de poder, reforçando a dominação de uma classe sobre outra, o que caracteriza a violência simbólica (Bourdieu, 1989). Ela atua silenciosamente, mas de forma eficaz, na manutenção das hierarquias sociais. Nesse sentido, a dificuldade em reconhecer determinadas práticas como violentas pode ser

compreendida como um reflexo da naturalização dessas formas de dominação no cotidiano social. Tal fenômeno dificulta o rompimento do ciclo de perpetuação da violência, contribuindo, assim, para o agravamento das desigualdades.

De acordo com as narrativas, percebe-se como o conceito assume diferentes compreensões, baseadas nas experiências cotidianas. Os entrevistados descrevem como a percepção da violência pode se manifestar de forma verbal, física e mental, aproximando-se da definição de violência psicológica descrita por Hirigoyen (2001), que ocorre quando há a intenção de humilhar ou abalar emocionalmente o outro, ainda que de maneira sutil. A dificuldade em definir o conceito, explicitado na narrativa 3, evidencia como a violência pode ser invisibilizada ou naturalizada, escapando à percepção consciente de tais atos.

De acordo com Silva (2025), a compreensão do conceito de violência está interligada ao autoconhecimento enquanto vítima e espectador dos atos violento, e a partir dessas limitações, as violências vivenciadas por exemplo em âmbitos estruturais e institucionais cometidas por intermédio de hierarquias sociais dominantes, passam a ser inviabilizadas pelas vítimas, pela falta de identificação das mesmas. A partir do momento em que os reconhecimentos das violências descritas no constructo teórico não ocorrem - estrutural, institucional, cultural, simbólica, de gênero, sexual, política, epistêmica, moral, o *bullying*, racial, religiosa -, elas podem deixar de serem nomeadas como violência.

As fundamentações apresentadas não apenas subsidiam a análise da pesquisa, como também reforça a importância do reconhecimento dessas múltiplas manifestações como passo fundamental para o enfrentamento de práticas excludentes e para a construção de ambientes escolares mais justos, democráticos e acolhedores. A pesquisa cronológica dos autores que conceitua a violência, foi feita a fim de compreender como ela pode ser considerada uma construção histórica, cuja significado foi ampliado e ressignificado ao longo do tempo. Contudo, quando não é reconhecida em suas diferentes manifestações, pode ser apenas reproduzida a partir de sua naturalização, perpetuando desigualdades e exclusões sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas, evidencia-se as limitações da conceituação das violências, e como esse não reconhecimento implica na naturalização e perpetuação de

desigualdades sociais. Compreender a violência em suas diversas manifestações, implica em reconhecer sua construção histórica, onde por intermédio disso, as leis e contituições foram elaboradas, voltadas para a sua prevenção e enfrentamento.

Espera-se que o presente estudo possa contribuir para o fortalecimento de reflexoões no campo da formação docente, incentivando a problematização e superação da naturalização da violência, para que possa colaborar com as práticas pedagógicas mais inclusicas e comprometidas com a justiça social.

Palavras-chave: Violência; desnaturalização;

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo apoio financeiro por meio de bolsa de mestrado concedida à primeira autora.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. Escola e Violências. Brasília: UNESCO, p. 154, 2002.

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo. Editora Pólen. 2019.

ARAÚJO, Patrício Carneiro. Entre o terreiro e a escola: Lei 10.639/2003 e intolerância religiosa sob o olhar antropológico. 2015. 242 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ARENDT, Hannah. Sobre a violência. Tradução de André Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

ASSIS, S.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. (Org.). Impacto da violência na escola: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 260, 2010.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Revista Sociedade e Sociedade, v. 29, no2, Maio/Ago 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 14 de fevereiro de 2026.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro:Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

BUTLER, Judith. Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 182.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. Journal of Peace Research, [S.l.], v. 6, n. 3, p. 167–191, 1969.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. 8a ed. Editora Record. Rio de Janeiro, São Paulo. 2004.

HIRIGOYEN, Marie-France. Assédio moral: a violência perversa no cotidiano. Tradução de Leny Werneck. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Pessoas de 18 anos ou mais de idade que sofreram violência nos últimos 12 meses (Mil pessoas). Brasil. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 7-18, 1994.

MUSSKOPF, A; STROHER, M. Corporeidade, etnia e masculinidade. Editora Sinodal. São Leopoldo. 2015.

NADAI, S. T.; TOGNETTA, L. R. P. Estilos de educación paternal y participación em processos de victimización entre pares. Espanha, 2016.

SILVA, D. B. S. F. Violências na/da formação: relatos de estudantes do curso Licenciatura em Educação do Campo. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2024.YIN, R. K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Porto Alegre: Editora Penso, 2016.

FREIRE Daíse Beatriz Souza ; LITOLDO, Beatriz. Silêncios que ensinam, vozes que resistem: narrativas de violência na formação de sujeitos do campo. Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 10, p. e19739, 2025.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948.

UNICEF. (1990) Convenção sobre os direitos da criança. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acessado em: 22 de outubro de 2026.